

O LUGAR DA PESQUISA: O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Ailton Salgado Rosendo

Doutor em Educação e professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

<https://orcid.org/0000-0002-7509-318X>

E-mail: ailton.rosendo@uems.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2025.02>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2025.02-73>

RESUMO: Este trabalho é fruto das investigações que culminaram quando da elaboração do Projeto de Pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Mestrado em Educação que teve como tema “A Formação de Professores Indígenas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Amambai –MS (2003-2006)”: o abrir e o fechar de uma porta. Assim, apresentamos a história de criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a fim de inquirir, à luz dos referenciais pertinentes à história das instituições escolares, os vestígios da história da instituição. Para melhor entendimento do momento histórico em que se processou essa criação apresentaremos a criação política do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, enfatizando os principais embates políticos neste momento para a estadualização desta Universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; História da instituição escolar; estado de Mato Grosso do Sul.

THE RESEARCH SITE: THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL AND THE STATE UNIVERSITY OF MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: This work is the result of investigations conducted during the development of the Research Project for the Graduate Program in Education at the Federal University of Grande Dourados (UFGD) – Master’s in Education. The project was titled “The Training of Indigenous Teachers by the State University of Mato Grosso do Sul – Amambai Unit – MS (2003-2006): the opening and closing of a door.” Thus, we present the history of the creation of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS) in order to examine, in light of references pertinent to the history of school institutions, the traces of the institution's history. For a better understanding of the historical moment in which this creation took place, we will present the political creation of the state of Mato Grosso do Sul in 1977, emphasizing the main political struggles at that time regarding the state sponsorship of this University.

KEYWORDS: State University of Mato Grosso do Sul; History of the school institution; state of Mato Grosso do Sul.

O LUGAR DA PESQUISA: O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Abordaremos neste trabalho, dados acerca da formação do estado de Mato Grosso do Sul e da implantação e desenvolvimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Para melhor entendimento do momento histórico em que se processou essa criação apresentaremos a criação política do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, enfatizando os principais embates políticos neste momento para a estadualização desta Universidade.

Não podemos desassociar o contexto econômico, cultural, político e social da história de cada universidade. Assim concordamos com Fávero (1980, p. 17), quando diz que “a universidade não está fora da história do país, porque cada evento, cada fato social só pode ser compreendido e conhecido no conjunto de suas relações com o todo, isto é, pela ação que opera sobre esse todo e pela influência que dele recebe”.

Frente a este entendimento e antes de me ater ao objeto da pesquisa, tenho que construir dentro desse texto uma lógica que dê base para descrever a história da UEMS. A história do Mato Grosso do Sul, diferente do que descreve muitas vezes os ditos populares¹, têm sim um cunho de interesses políticos.

MATO GROSSO DO SUL: O NASCIMENTO DO ESTADO

“Sei que a divisão territorial do País, sempre constituiu um problema complexo, difícil de abordar, em consequência dos naturais sentimentos locais, dos sentimentos de regionalismo e também da tradição histórica, que não pode ser absolutamente desprezada. Mas, sem dúvida, essa redivisão é necessária, principalmente, como disse há pouco, das novas áreas que estão sendo progressivamente ocupadas e que constituem a imensa Bacia do Amazonas. O que o meu governo fez foi desbravar o terreno e iniciar a solução do problema. E se de um lado conseguimos fazer a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, realizamos agora a separação do Mato Grosso do Sul” (Ernesto Geisel).

Para que possamos entender a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), necessário se faz realizar um recorte histórico sobre o estado ao qual a mesma se encontra instalada, sendo este o Mato Grosso do Sul.

¹ A expressão “ditos populares” é apresentada aqui para mostrar que parte da História de Mato grosso do Sul, é contada de uma forma não sistemática, e por tal acaba apresentando falhas, de fatos e datas.

Historicamente a ocupação da região Sul do antigo estado de Mato Grosso em relação à região Norte, sempre foi diferente tanto pela forma de colonização, fonte econômica, forma de desenvolvimento e principalmente quanto a caracterização da cultura. Já no final do século passado, diferentemente da região Sul, o Norte foi sendo ocupado paulatinamente através do extrativismo mineral, vegetal, cujas principais riquezas estavam relacionadas ao ouro, diamante e a exploração da borracha (Divisão, 1985)

Segundo Gressler e Swensson (1988, p. 26), com a descoberta do ouro em Cuiabá, a região Sul, serviu inicialmente apenas como rota das monções que tinham como objetivo chegar às minas de ouro da referida cidade. Com o passar dos anos e mediante a decadência da mineração, a realidade se configurou de forma oposta, pois viram no Sul um atrativo para a colonização e ocupação territorial. Diferentemente da forma de ocupação dos núcleos nortistas, a ocupação no Sul do Mato Grosso se deu pelos gaúchos, paraenses, paulistas da região noroeste, paraguaios e imigrantes estrangeiros, que aqui se instalaram com o desenvolvimento de atividades baseadas na agricultura e pecuária.

No século XIX, no período de 1801-1900, várias áreas do Norte do Mato Grosso sofreram pela desocupação dos territórios, enquanto, no Sul, as migrações se intensificam, principalmente de mineiros, que partiam da zona do Paranaíba localizada na região nordeste do estado para a atividade pastoril. “Nessa época, duas vias de exportação foram abertas para a saída do gado: uma por Corumbá e outra através de Sant’ana do Parnaíba com destino às invernadas mineiras” (Weingartner, 1995, p. 86).

No final do século XIX, Sant’anna do Parnaíba, conhecida atualmente como cidade de Paranaíba, tornou-se o núcleo mais populoso do Sul de Mato Grosso, tendo em vista sua localização estratégica junto aos limites dos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Esta localização facilitava a passagem de inúmeras boiadas que demandavam para aqueles estados.

Inseridos neste contexto, os pecuaristas, tanto do planalto como da planície, conseguiram exportar periodicamente a demasia da produção, e essas vias serviram de atrativo para ocupação daquelas áreas, além da expansão econômica e da erva mate.

Além dessas duas vias, o Sul, recebeu mais uma vantagem:

Foi em 1912 que o estado efetivou, através do Sul, a integração com o resto do país, por meio da estrada de Ferro Noroeste, que se ligava ao Noroeste paulista. Isso proporcionou um aumento significativo na produção, no comércio e na vida socioeconômica do estado. A pecuária alcançou sensível melhoramento, atraindo migrantes do Rio Grande do Sul e do Paraguai. (Gressler; Swensson, 1988, p. 39).

Com mais esta conquista, torna-se notório para o estado, particularmente para o Sul, o crescimento comercial e conseqüentemente populacional, resultando no surgimento de várias cidades, e no desenvolver econômico do Centro-Oeste.

Já na década de 1920, mais da metade da população de Mato Grosso, residiam no Sul, enquanto o Norte passava por um momento não muito favorável, devido a grande rarefação demográfica, ocasionada por falta de estradas e infraestrutura em geral, o que sinalizava para uma grande diferença entre as duas regiões. Segundo Bittar (1999), eram tantas as diferenças, que levavam a conclusão de que os estados já eram dois, antes mesmo da divisão.

O descompasso entre as duas regiões, ainda prossegue:

Na década de 40/50 inicia-se o processo de utilização das áreas de mata. Começa a existir uma ocupação mais contínua e regular principalmente com a criação em 1943 da Colônia Agrícola de Dourados pelo governo federal, que cria também o território federal de Ponta Porã abrangendo Dourados e mais seis municípios. Essa colônia é resultado da política de povoamento adotada no país depois de 1930 e com ela inicia-se a expansão da atividade agrícola na região até então pecuarista e extrativista (Gressler; Swensson, 1988, p.47).

As conquistas ainda continuam, pois em 11 de outubro de 1977, em pleno regime militar, o presidente Ernesto Geisel incluiu mais uma estrela na bandeira brasileira, ao assinar a Lei Complementar nº 31, criando o estado de Mato Grosso do Sul.

Este mais novo estado brasileiro nasceu com 55 municípios e uma população estimada em 1.400.000 habitantes. Tem por primeiro governador Harry Amorim Costa², sendo nomeado em 31 de março de 1978 e, ainda segundo Amaral (2000), no

² Foi nomeado pelo presidente Ernesto Geisel, pois “não era político nem estava envolvido nas disputas internas e regionais do novo Estado”. (Bittar, 1998, p. 34-35).

dia 01 de janeiro de 1979 já circulava o Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, com a legislação básica da nova Unidade da Federação.

Esta divisão territorial em pleno governo ditatorial representa a efetivação dos sonhos de muitos mato-grossenses do sul, o resultado da combinação de interesses políticos e econômicos dos fazendeiros do sul de Mato Grosso e da aliança empresarial militar, no poder do país após o golpe de 1964.

Fica claro que a classe social dominante do sul (agricultores e pecuaristas), possuía o desejo de administrar o seu território, bem como ter aqui todo aparato administrativo, aliado ao interesse do governo do país, e “o presidente possuía o interesse em garantir o êxito do sistema capitalista com aproveitamento das potencialidades do país”. (Amaral, 2002, p. 39).

Formado basicamente, pelo planalto da serra de Maracajú e pelas planícies da Vacaria e do Rio Paraguai, excelentes para a pecuária, motivo que fixou o homem à região, determinado a fazer riqueza com a pecuária e a agricultura, possui uma extensão territorial de 357.124,962 km², fazendo limites com os estados de Mato Grosso e Goiás ao Norte, ao Leste com os estados Minas Gerais e São Paulo, ao Sul, com o estado do Paraná e Paraguai e a oeste com a Bolívia e o Paraguai.

Segundo dados do IBGE/2007, o estado possui 78 municípios tem uma população residente estimada de 2.264.468 habitantes, dos quais 50,98% são homens e 49,02% mulheres.

A economia do estado é primária, essencialmente centrada na agropecuária. O rebanho bovino, segundo dados do IBGE (2006), é de 17.405.345 cabeças, o suíno cerca de 860.598 mil, o bufalino 8.598 mil, e a crescente criação de ovino já está em 343.328 . Soma-se a estes 39.157.262 milhões de aves. O estado produz 10% da soja e 5% do algodão do país, e responde por 1,6% do produto interno bruto nacional.

Pode-se dizer que este estado é um estado rico em reservas minerais, sendo o terceiro em jazidas de ferro e o segundo em manganês no país. Detentor, portanto, de um grande potencial de recursos naturais, mas com um desenvolvimento lento e ainda marcado pela oligarquia dos latifundiários, herança que perdura da estrutura patriarcal dos tempos do Brasil Colônia (Gottardi, 2001).

É carente em energia elétrica e deficiente em saneamento básico, recorrendo principalmente ao estado de São Paulo na importação da energia elétrica, o que corresponde aproximadamente 90% do que consome. Apresentou, na última década taxa média de crescimento econômico de 4,5%, enquanto nas demais áreas do país o índice ficou na faixa de 2,6% ao ano. Destaca-se pela economia agropecuária e por dispor 25% de sua área ocupada pelo Pantanal Sul-Mato-Grossense³.

A EDUCAÇÃO NO NOVO ESTADO: PERÍODO DE TURBULÊNCIAS

Nos primeiros anos da criação do estado de Mato Grosso do Sul, o novo estado passou por turbulências, tendo em vista a precariedade da estrutura física dos prédios escolares e a inexistência de vagas para atender a demanda originada pelo grande fluxo migratório. Na obra de Wilson Valentim Biasotto e de José Laerte Cecílio Tetila (1981), é descrita que além do reduzido número de escolas, o magistério estava muito desvalorizado, o que contribuiu para a existência de um grande número de professores leigos frente a atividades docentes. Esta situação refletia um estado em situação de total abandono.

O contrato dos professores leigos era de apenas dez meses. Estes professores eram obrigados a apresentar o título de eleitor para receber o salário, pois assim na época das eleições os políticos podiam enviar santinhos para cada funcionário (Silva Filho, 2008).

Mediante este contexto, os professores se mostravam inseguros e insatisfeitos, sendo assim, ocorriam greves com longo período de duração e passeatas eram motivadas principalmente pelo arrocho salarial. Os professores buscavam com as manifestações melhores condições de trabalho e reconhecimento, reivindicavam uma escola democrática e livre das interferências político-partidárias (Bittar, 1998).

No livro Movimento Reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 a 1988, Wilson Valentim Biasotto e José Laerte Cecílio Tetila (1991) descrevem que

³ Informações contidas no site da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul www.prms.gov.br acessado em 15/10/2008.

[...] no dia 9 de setembro de 1978, as associações, que pertenciam ao território que seria Mato Grosso do Sul, estavam reunidas em Campo Grande para discutir o estatuto da federação. A associação Douradense de professores pediu licença para apresentar um trabalho que havia iniciado em 4 de junho de 1978, com os primeiros levantamentos e que haviam sido aprovados pela diretoria daquela entidade em 2/9/78. Aprovada a solicitação, o professor José Laerte Cecílio Tetila procedeu à leitura da “Carta aberta ao governador Cássio Leite de Barros” (Biasotto; Tetila, 1991, p. 61).

O teor desta carta tinha como principal objetivo apresentar a situação de calamidade em que os professores viviam no sistema estadual de educação de Mato Grosso. As perdas salariais estavam presentes entre os problemas, chegando à cifra de 90%, perdas estas que colocavam os profissionais da educação à margem de salários semelhantes àqueles praticados em setores menos qualificados.

Outras cartas foram encaminhadas na tentativa de sensibilizar o governador Harry Amorim Costa. Essas vieram de Amambai, Aquidauana e Dourados.

Uma segunda carta foi lida depois da aprovação em assembléia geral em 15/08/1978, desta vez denominada “Carta ao governador Harry Amorim Costa”

De acordo com Biasotto e Tetila, 1991,

O conteúdo dessa mensagem apresenta um quadro da educação em Dourados alarmante, com falta de salas de aulas e de luminárias públicas para as atividades pedagógicas. Além disso, os professores eram obrigados a fazer horas extras de trabalho, dedicando-se à promoção de festas a fim de arrecadar dinheiro. Esses recursos pagavam a manutenção das escolas que foram abandonadas pelo governo. Esse fato é constatado na UEMT, uma vez que a instituição não conseguia, em seus cursos de formação de professores, o número ideal de alunos para cursar. Isso demonstra que uns baixos números de profissionais de educação, bem formados, saíam dessa instituição todo ano. (Biasotto; Tetila, 1991, p. 67).

A situação caótica que se encontrava a educação neste novo estado, pode ser entendida se levarmos em conta que os problemas eram uma herança de um estado governado por políticos ligados aos latifúndios e oligarquias, que podendo enviar seus filhos para estudar em São Paulo, não se preocupavam com a educação da população (Amaral, 2002).

A professora Leila Fioravante Rosa (apud Biasotto; Tetila, 1981) diz que para nomear alguém do setor da educação era quase uma utopia, pois não existiam meios de comunicação eficazes. Além disso, havia o controle exercido pelos partidos que decidia

quem iria e quem não iria trabalhar dentro dos quadros da educação, tendo em vista que a grande maioria era de contratadas (os).

Este período de caos passa por transformações durante o governo de Wilson Barbosa Martins (1983/1986). Neste governo é lançado às bases e os alicerces para a construção de um projeto de democratização da educação pública. Sua gestão foi marcada pela construção de grande número de escolas e pelo movimento docente e discente no estado (Bittar, 1998). Importante frisarmos que mesmo diante destas inovações o governo não deixou de enfrentar problemas e ameaças de greves por parte dos professores, tendo que muitas vezes recorrer aos meios de comunicação na tentativa de apaziguar os levantes.

Silva Filho (2008) diz,

Biassoto, diferente de outras falas, coloca Wilson Barbosa Martins, então governador, como um sujeito com poucas lembranças, tendo em vista que em seu passado foi vitimado da repressão, e mesmo assim se transformou em um tirano, que não se importava com o desenvolvimento educacional do novo estado (Silva Filho, 2008, p. 55).

O que observamos acima diz respeito às Instituições de Ensino da Educação Básica, e o Ensino Superior no estado, quando começou a tomar corpo e forma?

No que se refere à existência de Instituições de Educação Superior no estado, elas surgem a partir da década de 1960, com a criação de instituições públicas e privadas. Entre as primeiras instituições, apontamos: a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI) instituída em 1961 pela Missão Salesiana de Mato Grosso, hoje Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) criada em 1962 e instalada em Campo Grande. Em 1979 a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) foi federalizada compondo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com seis *campi* universitários distribuídos pelo interior do estado: Campus de Campo Grande (sede); Centro Universitário de Aquidauana (CEUA); Centro Universitário de Corumbá (CEUC); Centro Universitário de Três Lagos (CEUL) e Centro Universitário de Dourados (CEUD). Com o processo de criação de novas universidades federais, essa última Unidade em 2005, desmembrou-se da UFMS formando a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

No ano de 1974 foi fundando o Centro de Ensino Superior de Campo Grande (CESUP), atualmente Anhanguera Educacional S.A (AESA). No interior do estado, destaca-se a criação, em 1975, da Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados (SOCIGRAN), hoje Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN).

Atualmente (2009) a educação superior no estado é desenvolvida em 44 Instituições de Educação Superior, sendo três públicas e 41 privadas. Pela organização acadêmica 33 são Faculdades; dois são Centros Universitários; sete são Institutos Superiores e cinco Universidades. A sua maioria, 84% estão localizadas no interior do estado e apenas sete (15,9%) na capital (Instituto Nacional De Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005).

A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Propor-se a recuperar a história de uma Instituição de Educação Superior no Mato Grosso do Sul – UEMS, implica admitir a existência dessa instituição que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer.

Iniciaremos então conceituando e diferenciando os termos ‘instituição’ e ‘instituição escolar ou educativa’. Vejamos:

Segundo Torrinha, 1945, a palavra ‘instituição’ derivada do latim *institutio, onis*, apresenta alguns significados que podem ser diferenciados em quatro acepções: “Disposição; plano. Arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina” (Torrinha, 1945, p. 434).

Mediante a quantidade de significados, a palavra ‘instituição’ toma para si a ideia “comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem” (Saviani, 2007, p.4). Muitas são as coisas criadas pelo homem, porém nem todas podem ser consideradas como instituição. Mas como podemos saber se determinada coisa criada pelo homem é uma instituição, quais são as suas especificidades e para que são criadas?

Saviani (2007), estudioso desta temática, nos ajuda com propriedade a compreender esta questão, quando se posiciona dizendo:

(...) além de ser criada pelo homem, a instituição, apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observamos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de uma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita (Saviani, 2007, p. 4).

E as instituições educativas ou escolares, quando surgem?

Quando pensamos no termo ‘educação’, notamos que se trata de uma realidade irreduzível nas sociedades humanas que se desenvolve, ocorrendo de forma informal, assistemática, não livresca e conteudista, o que dará origem às instituições educativas. Percebemos então que a instituição educativa corresponde, então, “a uma educação de tipo secundário, derivada da educação do tipo primário exercida de modo difuso e inintencional” (Saviani, 2007, p. 6)

Bourdieu e Passeron (1975), nos ajuda a entender que na educação de tipo primário, utiliza-se a pedagogia implícita, pois refere-se a um trabalho pedagógico primário, já a educação de tipo secundário, se guia pedagogia explícita, configurando-se como trabalho pedagógico institucionalizado ou trabalho pedagógico escolar.

Dentro deste entendimento, iremos desvelar o contexto histórico de criação de uma Instituição de Educação Superior - UEMS, que surgiu no estado de Mato Grosso do Sul, frente a grandes discussões no cenário político, mas que permanece viva, devido ao fato de ter sido criada para atender a determinada necessidade humana no oferecimento da educação sistemática em nível superior.

O caminho percorrido para se ter conseguido entrar na história desta Instituição foi através da historiografia preexistente e por fontes (escritas e orais).

Iniciamos então, destacando que parte da história da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, ocorrida em 1979, dois anos após a criação do estado de Mato Grosso do Sul, foi inserida na redação da primeira constituinte do estado. A instalação de sua sede se deu frente à disputa de poder político entre Campo Grande e Dourados, sendo a primeira a capital do mais novo estado brasileiro e a

segunda, por ter uma posição privilegiada quanto a sua localização geográfica, além de ser possuidora de muitos quilômetros de terras férteis e uma renda *per capita* significativa.

Como defensor da instalação da sede da UEMS no município de Dourados temos o então Deputado Estadual Walter Benedito Carneiro, sendo este representante da população douradense e aliado do então governador Pedro Pedrossian. Na época (1979) o mesmo dá uma entrevista ao jornal O Progresso, dizendo:

“(...) Emenda Constitucional que assegura Universidade para Dourados. Na emenda aditiva nº 50, de 24 de abril de 1979 prevê a criação e, também, a localização da UEMS, pois a antiga Universidade Estadual existente em Campo Grande tinha sido federalizada [...] face a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, quando da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, esta será instalada na cidade de Dourados”. (O Progresso, 12/04/1979, p. 2).

Justificando o seu propósito, o legislador diz:

Dourados é, hoje, o maior centro econômico e populacional do interior do Estado. Ocorre ali verdadeira explosão demográfica, o que requer uma maior e mais seletiva oferta de serviços. Nesse passo a Educação pontifica, e a capacitação profissional em nível superior já é ali tão reclamada que os esforços das lideranças locais conseguiram levar para a cidade nada menos que sete cursos superiores, constituindo-se em centro universitário de real expressão. (Mato Grosso do Sul, 1979).

Os cursos mencionados pelo deputado eram: Direito e Administração ofertados pela SOCIGRAN, instituição privada, hoje Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), e os de Agronomia, Letras, Ciências, Estudos Sociais, Pedagogia e História ofertados pela então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), no Centro Universitário de Dourados (CEUD).

Levando em conta que em toda decisão política há pós e contras, e pelo fato de a criação do estado ser recente, Dourados ficou politicamente enfraquecida, e a proposta do então representante da cidade de Dourados e aliado a Pedro Pedrossian, deputado estadual Walter Carneiro precisava ser aprovado. Vejamos a reportagem do Jornal O Progresso de 17/05/1979, página 1:

Em 17 de maio de 1979, a assembléia constituinte discutiu a emenda proposta pelo Deputado Walter Carneiro, que foi defendida por ele na tribuna, e apoiada pela maioria da bancada da Arena, mas que necessitava também dos votos do MDB: “[...] Tudo indica que a aprovação depende do emedebista Sultan Rasslan. Ontem, o líder do

MDB Sérgio Cruz afirmou que a bancada votará com Sultan, porque ele é o representante da área”.

No dia 18 de maio de 1979, sai o resultado do pleito, ficando aprovada por unanimidade pelos membros da Assembléia Constituinte a proposta do então deputado por Dourados, senhor Walter Carneiro: “desta forma, o governo deve providenciar, no momento oportuno, a criação de uma universidade em Dourados, seguindo o que determina a Constituição” (O Progresso, 18/05/1979, p.1)

Sendo assim a primeira Constituição do estado de Mato Grosso do Sul promulgada em 13 junho de 1979, em seu artigo 190, diz: “Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados” (Mato Grosso Do Sul, 1979).

Não diferente das demais normas brasileira, no que tange a letra tomar corpo e forma, o presente artigo só foi regulamentado pela Assembléia Legislativa dez anos depois, ou seja, em 1989, através do artigo 48 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, que especifica: “Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, cuja à instalação e funcionamento deverão ocorrer no início do ano letivo de 1992” (Mato Grosso do Sul, p. 81, 1989).

A determinação no *caput* do artigo 48 dizia que a instalação e funcionamento deveriam ocorrer no início do ano de 1992, só que a esta determinação se tornou realidade apenas em 1993, quando então a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, foi implantada durante o governo de Pedro Pedrossian. Já a Secretaria de Estado de Educação, foi o órgão governamental responsável por todo o planejamento e execução no que tange a instalação e implantação da Universidade.

Observamos abaixo o posicionamento da Prof^a. Leocádia Aglaé Petry Leme – Secretária de Educação quando da implantação da UEMS:

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS constituirá uma antiga aspiração da comunidade sul-mato-grossense. Prevista constitucionalmente desde 1989, sua implantação dependia, fundamentalmente de decisão política governamental. Em 1993, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul passou de projeto a realidade. [...] Não nasceu como mera transmissora de conhecimentos à população estudantil ou instrutora de profissionais, mas como proposta de agente modificador e transformador da sociedade e das comunidades em que atuará. (Mato Grosso do Sul, 1994)

É importante destacar que a legislação dava amplos poderes as universidades de se organizar por estrutura própria ou a partir de faculdades pré-existentes e consolidadas. Como este não era o caso da mais nova universidade criada, a UEMS, diferentemente da maioria das universidades brasileiras, não foi criada pela junção de faculdades anteriormente existentes. Segundo Gottardi, 2001:

A UEMS delineava um modelo “multi-unidades de ensino” (multi-campi) diferente das estaduais brasileiras, que implantavam seus “campi” gradativamente. Considerando as distâncias e as dificuldades dos estudantes se deslocarem, inverteu-se a busca, seria a universidade que iria até o aluno. Para que isso fosse possível se delineou uma universidade com estas características e totalmente interiorizada (Gottardi, 2001, p. 27).

Frente a esta afirmação, a UEMS é implantada com uma estrutura bastante ampla, com a sede em Dourados e em outros 14 campi, denominados Unidades, distribuídos nos seguintes municípios: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Campo Grande.

Na figura abaixo é possível visualizar a localização das unidades da UEMS.



Fonte: Gottardi(2001, p. 28)

Para a escolha dos municípios contemplados com as unidades de ensino, foram estabelecidos alguns critérios, tais como: os mais populosos, os mais próximos da sede, entre outros. Segundo Gottardi (2001, p.30) “Não houve interferência política quanto às dez primeiras escolhas, mas houve nas demais, como Três Lagoas, Maracaju e Glória de Dourados”.

Inicialmente foram oferecidos 9 (nove) cursos com um total de 830 (oitocentos e trinta) vagas.

O quadro abaixo, extraído do Parecer CEE/MS nº 008, de 09 de fevereiro de 1994, tendo como relatora a Conselheira Marly Marinho Américo dos Reis nos mostra os cursos, as vagas, os turnos e os municípios respectivamente.

Município	Curso	Turno	Vagas
DOURADOS	Enfermagem e Obstetrícia	Diurno	50
	Ciência da Computação	Noturno	50
AMAMBAI	Letras-Habilitação: Português/Espanhol	Noturno	50
AQUIDAUANA	Zootecnia	Diurno	550
CASSILÂNDIA	Letras-Habilitação: Português/Inglês	Noturno	440
	Ciências-Habilitação: Matemática	Noturno	440
COXIM	Ciências-Habilitação: Biologia	Noturno	440
GLÓRIA DE DOURADOS	Matemática - Licenciatura	Noturno	440
IVINHEMA	Pedagogia-Habilitação: Pré-Escola e Séries Iniciais	Noturno	550
JARDIM	Ciências-Habilitação: Biologia	Noturno	550
MARACAJU	Administração-Habilitação: Administração Rural	Noturno	440
	Ciências-Habilitação: Matemática	Noturno	440
MUNDO NOVO	Ciências-Habilitação: Biologia	Noturno	550
NAVIRAI	Ciências-Habilitação: Matemática	Noturno	550
NOVA ANDRADINA	Letras-Habilitação: Português/Inglês	Noturno	550
PARANAÍBA	Direito	Noturno	440
PONTA PORÃ	Administração-Habilitação: Comércio Exterior	Noturno	550
TRÊS LAGOAS	Direito	Noturno	550

Segundo a conselheira em seu parecer,

A definição dos cursos, a serem implantados nas diferentes e múltiplas unidades que integrarão sua estrutura, é fruto de ampla consulta à comunidade. Os estudos e propostas levados a efeitos pelas sociedades civil e política demonstraram ser a sua efetivação uma necessidade para o desenvolvimento socioeconômico, científico, político, cultural, bem como para a integração do Estado com o regional, o nacional e o internacional, em especial com a América Latina.

Com base nestes dados, o processo de escolha dos cursos se originou de pesquisas e discussões.

Pesquisas realizadas pela Secretaria de Estado de Educação, contribuíram sobremaneira, pois apontavam uma demanda significativa para cursos voltados na área de formação de professores, sendo: Matemática, Biologia, Letras e Pedagogia com a formação para as séries iniciais. Levando em consideração as questões pertinentes ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)⁴, além da oferta do Inglês, o curso de Letras também ofertou o Espanhol;

Outro indicador da necessidade dos cursos foram os pareceres dos Conselhos Estadual e Federal de Saúde, bem como da sociedade envolvente, apontando pela necessidade de profissionais na área da Saúde, o curso de Enfermagem também foi oferecido;

Para implantação do curso no município de Aquidauana foi levada em consideração a existência da Escola Agrícola mantida pelo estado e localizada no município, em uma área 806 hectares, considerada uma fazenda-escola, e também pelo fato da economia estar voltada para as atividades agropastoris desenvolvidas no estado, os cursos escolhidos foram o de Zootecnia e Administração Rural;

No intuito de preparar mão-de-obra qualificada para atender às necessidades que brevemente viriam com o surgimento de projetos e ações conjuntos entre o estado e os países da América Latina, sobretudo os pertencentes ao MERCOSUL, foi criado o Curso de Administração – Comércio Exterior em Ponta Porã;

Frente aos impactos da Globalização e as inovações das tecnologias, bem como a necessidade de profissionais com amplo domínio da informática em todas as áreas de conhecimento, a proposta de oferta de cursos se completa com o curso de Ciência da Computação, em Dourados.

Após sua implantação e organização dos cursos, por questões político-partidárias a UEMS tem suas histórias marcadas por interferências de seu mantenedor. Recordando ao já posto, a implantação da UEMS se deu no último ano de governo de Pedro Pedrossian, ano este marcado por um novo pleito eleitoral, sendo, portanto, o tema principal nos palanques, principalmente nos municípios de sua inserção. Defendida pelo

⁴ O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), foi criado em 26/03/1991 com a assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai. Os atuais membros deste importante bloco econômico da América do Sul são os seguintes: Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela.

candidato do grupo político aliado a Pedrossian, e questionada pela oposição política, ou seja, pelo candidato Wilson Barbosa Martins.

Após a apuração dos votos o candidato Wilson Barbosa Martins é eleito governador do estado, e em janeiro de 1995 o mesmo dá início ao processo de revisão da UEMS, que determina nulos os atos de nomeação da Reitoria e Vice-Reitoria da UEMS. Como a Universidade necessitava ainda da autorização do Ministério da Educação, o então governador envia ao Ministro o primeiro ofício de sua administração, sendo este o ofício nº 001/95, solicitando a não autorização da Universidade, justificando a necessidade de revisão da estrutura administrativa da mesma, bem como de seu Projeto Pedagógico.

Uma ameaça pairava no ar, quanto à continuidade da Universidade, pois segundo declarações em campanha do então candidato Wilson Barbosa Martins existia a possibilidade de diminuir o tamanho da instituição recém implantada, ou até mesmo fechá-la, pois segundo seu entendimento a implantação da UEMS não passava de um oportunismo político de Pedro Pedrossian, pois se deu de forma rápida e precipitada, visando as eleições de 1994.

Conforme tabela abaixo, vejamos os atos legais de nomeação dos Reitores da UEMS logo sua implantação.

Reitor(a)	Ato legal e data da nomeação
Jair Soares Madureira “ <i>pró-tempore</i> ”	Decreto “P” nº 2.563/93 – 20/12/1993
Leocádia Aglaé Petry Leme	Decreto “P” nº 2.601/94 – 13/12/1994
Sandra Luiza Freire “ <i>pró-tempore</i> ”	Decreto “P” nº 0486/05 – 12/01/1995
Leocádia Aglaé Petry Leme	Decreto “P” nº 3097/96 – 25/10/1996

Em entrevista com uma funcionária da UEMS, denominada nesta pesquisa como S.A (2009), a mesma relata

O primeiro reitor, Jair (ex da UFMS) foi indicado pelo governador Pedro Pedrossian e a Leocádia era Secretária de Educação na época - 1994. Ao terminar o mandato do Pedro Pedrossian, a Leocádia veio para a Reitoria (já era arranjo), mas a politicagem de Dourados não se conformou e foi pra cima com o apoio do governador Wilson Martins. Tiraram Leocádia, colocaram uma comissão interventora (todos do CEUD/UFMS) e logo em seguida no lugar colocaram a Sandra Freire (do CEUD/ UFMS) que encabeçava o movimento.

Percebe-se que em um curto período de quatro anos, a universidade passou por 4 (quatro) administrações. O primeiro Reitor permaneceu no cargo durante um ano e

iniciou a implantação da instituição. Já a Reitora Prof.^a Leocádia Aglaé Petry Leme ficou frente à universidade por um período de um mês, sendo afastada pelo governador eleito Wilson Barbosa Martins, alegando incompatibilidade política. Durante seu afastamento, o governador nomeou a Prof.^a Sandra Luiza Freire, que permaneceu no cargo de reitora apenas nove meses, período em que aguardava a decisão judicial em relação ao ato governamental contra a autonomia universitária, movido pela Reitora anterior Prof.^a Leocádia.

Sabedor da possibilidade da decisão judicial favorecer a Reitora por ele exonerada, o governador Wilson Barbosa Martins, nomeou através do Decreto nº 8.359/95, de 04/10/1995 a Comissão para Regularização Legal da UEMS, sendo esta uma comissão interventora, com os seguintes objetivos: avaliar a pertinência da universidade e a manutenção de sua organização em 13 unidades de ensino. Esta Comissão ficou a frente da administração da universidade por apenas vinte e dois dias, pois em 26 de outubro de 1995, a prof.^a Leocádia e seu vice, prof. Luiz Antônio Alvares Gonçalves, reassumiram seus cargos para o término de mandato de quatro anos tendo em vista a decisão judicial.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Odete. **A universidade estadual de Mato Grosso do Sul: a criação, a implantação e a aventura do início da caminhada: 1979 - 1998.** 2002. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSCAR, São Carlos, 2002.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **NEMBO'E Enquanto o Encanto Permanece! Processos e Práticas de Escolarização nas Aldeias Guarani.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BIASOTTO, Wilson Valentim, e TETILA José Laerte Cecílio **O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978– 1988.** Campo Grande, MS: UFMS, 1991.

BITTAR, Marisa. **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso.** In: Multitemas. Periódico das Comunidades Departamentais da UCDB. Campo Grande, n.15, p.93- 124, out.1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **Universidade & poder.** Análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

GOTTARDI, Ana Tereza Vendramini Reis, **UEMS: rotatividade e educação a distância: novas propostas para a interiorização do ensino superior em mato grosso do sul.** Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2001.

ROSENDO, A.S. O lugar da pesquisa: o Estado de Mato Grosso do Sul e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Modalidade: TEXTO COMPLETO. **Anais – IV Congresso Nacional de Educação na Contemporaneidade,** Natal/RN, v. 2, n. 2, p. 141-158, dez./2025.



GRESLLER, L. A. ; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do estado de Mato Grosso do Sul - destaque especial ao município de Dourados.** (Dourados: sn), 1988.

MATO GROSSO DO SUL. **Assembléia Constituinte. Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 1979.

MATO GROSSO DO SUL. **Assembléia Constituinte. Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 31. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SILVA FILHO, Lourenço Alves da. **Educação e política:** apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979 – 1995.) Tese de Mestrado. Universidade Federal da Grande UFGD, 2008.

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul.** Edições Est. Porto Alegre, 1995.